

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CAINDR

REQUERIMENTO N° , DE 2008

(Dos Srs. Ilderlei Cordeiro e Sérgio Petecão)

Requer a formação de delegação de parlamentares desta Comissão para averiguar, “in loco”, a situação dos servidores públicos utilizados como “cobaias” em estudos realizados pelo Governo do Acre.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvida esta Comissão, seja formada delegação de parlamentares desta Comissão para averiguar, “in loco”, a situação dos agentes de saúde utilizados como “cobaias” em estudos realizados pelo Governo do Acre.

JUSTIFICATIVA

Trata o presente requerimento de iniciativa parlamentar no sentido de averiguar consistentemente a ocorrência de profundas indignidades praticadas contra servidores públicos do estado do Acre.

Segundo denúncias da ABRASPEC - Associação Brasileira de Apoio e Proteção aos Sujeitos da Pesquisa Clínica, com sede no Rio de Janeiro ABRASPEC - vários agentes de saúde lotados no município

acreano de Cruzeiro do Sul (recordista em casos de malária), foram utilizados como “cobaias” em estudos realizados pelo Governo do Acre. A entidade já ingressou em juízo com a Ação Civil Pública pertinente.

O Ministério Público Federal abriu Inquérito Civil que precede uma Ação Civil Pública a ser apresentada oportunamente. Concomitantemente, e com o mesmo objetivo, a Defensoria Pública do Acre, através do defensor Jonatham Xavier, lotado em Cruzeiro do Sul, instaurou um procedimento informativo visando investigar a procedência das denúncias para em seguida ingressar em juízo contra o Estado do Acre.

Trata-se, portanto, de um caso que apesar de não receber divulgação espetacular nos meios de comunicação de amplitude nacional, vem sendo largamente denunciado por vários órgãos de comunicação regionais e temáticos (cópias anexas).

Em síntese, o Estado do Acre teria utilizado agentes de saúde como cobaias humanas visando a atração de mosquitos transmissores da malária.

Quem, nos dias de hoje imaginaria algo assim, tão perverso?

De acordo com as denúncias divulgadas pela Agencia Amazônia. pelo menos seis agentes de endemias contratados pelo governo participaram das experiências. A missão dessas pessoas era receber no mínimo 300 picadas pelo corpo, atuando como isca para a captura do mosquito transmissor da malária.

O caso se tornou público a partir da demissão de três funcionários e o afastamento de outros nove. Revoltados, eles procuraram as rádios locais de Cruzeiro do Sul e falaram sobre a experiência.

Segundo o Jornalista Francisco Costa que em primeiro lugar divulgou o fato, a bióloga Jaira de Oliveira é a peça-chave para esclarecer todos os passos sobre o uso de cobaias humanas nos estudos da malária nas cidades de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves. Cibia a ela acompanhar os agentes e ajudá-los na análise dos mosquitos por eles capturados. Também partiu dela a ordem para que os agentes jogassem óleo queimado em açudes e rios após a captura do mosquito *Anopheles* — transmissor da malária.

Ainda segundo o jornalista, por ordem da Secretaria de Saúde, a bióloga destruiu parte dos arquivos das experiências que comprovam o uso das cobaias e a utilização de óleo nos mananciais de água. As revelações foram feitas por Marcílio Ferreira da Silva, um dos agentes que serviram de cobaia nos estudos feitos no Acre.

Marcílio pegou 12 malárias e levou em média 300 picadas diárias — em torno de 6,6 mil ao mês — durante a captura dos mosquitos. Outros quatro agentes confirmaram em depoimento ao defensor público Jonathan Xavier que serviram de “iscas humanas” nas pesquisas. Fotos divulgadas pela *Agência Amazônia* (anexas) comprovam a versão deles.

Confirmada esta denúncia, o governo do Acre não apenas expôs os agentes. Suas pesquisas de malária patrocinaram crimes ambientais. Segundo Marcílio, óleo queimado foi jogado em dezenas de propriedades dos municípios de Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves nos quais foram identificados altos índices de ocorrência do mosquito.

Ressalte-se que o Acre foi o lugar da Amazônia onde mais a malária cresceu nos últimos anos. Entre 2004 e 2005 a doença atingiu 53.551 pessoas (um crescimento de 86%). O aumento de casos coincide com o período da captura dos mosquitos.

Registre-se também que os agentes foram contratados provisoriamente pelo governo, mas estão amparados pela emenda constitucional 51, de 2005, que garante a eles a efetivação aos quadros do Estado.

Enfim, Sr. Presidente, trata-se de um fato extremamente grave, cujo conteúdo extrapola os limites éticos mais comezinhos e assemelham-se às experiências praticadas pelo nazismo.

Por tratar-se de uma questão relativa aos problemas regionais, que retrata o abandono e o descaso do poder público com a região, vimos requerer a criação de uma Delegação de Parlamentares que deverá averiguar “in loco” a extensão e profundidade dos fatos apontados e encaminhar ao conhecimento da nação de dos órgãos competentes para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Sala das Reuniões, em de junho de 2008.

Deputado Ilderlei Cordeiro

PPS/AC

Deputado Sérgio Petecão

PMN/AC